



Licitação prevê investimento de R\$ 224,5 mi na região

Valor refere-se à duplicação da rodovia SP-308 e ao anel viário

A empresa ou consórcio que vencer a concessão do lote Marechal Rondon Leste de rodovias paulistas terá que investir ao menos R\$ 224,5 milhões na região. O valor refere-se à duplicação da rodovia do Açúcar Comendador Mário Dedini (SP-308) entre Piracicaba, Salto e Capivari, orçada em R\$ 171 milhões, e à construção da etapa inicial do anel viário de Piracicaba, que deve custar R\$ 53,5 milhões ao grupo ganhador da licitação. O edital da concorrência será publicado na edição de hoje do “Diário Oficial” do Estado pela Secretaria Estadual dos Transportes, conforme noticiou o **JP** no sábado.

O governador de São Paulo, José Serra (PSDB), apresentou os detalhes da nova fase do Programa Estadual de Concessões na tarde de ontem. Ao todo, serão concedidos cinco lotes de estra-

das, que somam 1.500 quilômetros de pistas. As vencedoras do processo serão as empresas que propuserem a menor tarifa de pedágio. Na região, a praça de cobrança deverá ficar nas imediações de Salto. Ao todo, as concessionárias dos cinco novos lotes investirão R\$ 9 bilhões nas rodovias Dom Pedro I, Ayrton Senna/Carvalho Pinto, Marechal Rondon e Raposo Tavares, além de realizarem a manutenção de vias vicinais interligadas.

As rodovias da região de Piracicaba estão inseridas no lote Marechal Rondon Leste que, ao todo, receberá investimentos de cerca de R\$ 1,6 bilhão da empresa vencedora da concessão. Além da rodovia do Açúcar e do anel viário, que deve diminuir o fluxo de veículos pelas vias de acesso ao município, mais R\$ 107 milhões serão empregados na duplicação da rodovia Jornalista Francisco

Aguirra Proença (SP-101), que liga Campinas, Monte Mor e Capivari. Do total de R\$ 9 bilhões desembolsados pelas concessionárias, R\$ 7,9 bilhões serão para obras nas rodovias e R\$ 1,1 bilhão para a conservação das vicinais.

Outra obrigação das empresas vencedoras é pagar uma outorga ao governo pelo direito de operar as rodovias. Com isso, o Estado deve arrecadar R\$ 2,1 bilhões, que serão aplicados nas estradas paulistas sem viabilidade econômica para concessão em trabalhos de manutenção e melhorias. O valor máximo dos pedágios, conforme anúncio do governador, será definido com base no preço máximo de R\$ 0,10 por quilômetro, tarifa atualmente em vigor no Estado. Vencerá a concessão a empresa que oferecer o menor preço abaixo desse limite. **(leia mais na pág. B-3)**